



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

<b>Ata - Comissão Especial de Estudo</b>		
<b>Melhoria dos Conselhos Tutelares</b>		
<b>Reunião:</b> 14 <sup>a</sup>	<b>Sessão legislativa:</b> 4 <sup>a</sup>	<b>Legislatura:</b> 19 <sup>a</sup>
<b>Finalidade:</b> “melhoria dos processos de escolha para o Conselho Tutelar em Belo Horizonte e da estrutura de trabalho destes Conselhos”		
<b>Requerimento nº:</b> 1.627/23		
<b>Autoria:</b> Braulio Lara, Bruno Pedralva, César Gordin, Ciro Pereira, Cleiton Xavier, Fernando Luiz, Gilson Guimarães, Irlan Melo, Janaina Cardoso, Jorge Santos, Loíde Gonçalves, Marcela Trópia, Pedro Patrus e Sérgio Fernando Pinho Tavares		
<b>Data:</b> 22/7/24		
<b>Horário de início:</b> 10h28min		<b>Horário de encerramento:</b> 11h27min
<b>Local:</b> Plenário Helvécio Arantes		
<b>Vídeo da reunião disponível no portal da Câmara</b>		

## ABERTURA

Sob a presidência do vereador Fernando Luiz, que registrou a presença da vereadora Loíde Gonçalves e do vereador Irlan Melo e a presença remota do vereador Pedro Patrus, reuniu-se a comissão.

Havendo quórum, o presidente declarou abertos os trabalhos.

## ORDEM DOS TRABALHOS

## COMUNICAÇÃO DE APROVAÇÃO DE ATAS

Como não houve impugnação, o presidente comunicou a aprovação da Ata da 12<sup>a</sup> Reunião, realizada em 24/6/24.

O presidente comunicou a inversão da pauta, passando-se ao seguinte item:

## OUTROS ASSUNTOS DA COMISSÃO

O presidente deu ciência à comissão do recebimento de ofícios em resposta aos requerimentos de comissão nºs 1.044, 1.100 e 1.326/24.

## APRECIÇÃO DO RELATÓRIO FINAL



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

O presidente propôs que o relatório elaborado pela relatora, vereadora Loíde Gonçalves, seja apreciado como relatório preliminar, visto que a comissão planeja dar continuidade à investigação de certos aspectos. Mencionou que isso pode resultar em informações adicionais, levando à elaboração de um novo relatório.

O presidente colocou sua proposta em votação.

Os vereadores Pedro Patrus e Irlan Melo discutiram a proposta.

Aprovada por unanimidade.

Às 10h37min, o presidente suspendeu a reunião por cinco minutos.

Às 10h46min, o presidente retomou os trabalhos.

A vereadora Loíde Gonçalves mencionou a presença das adolescentes Monique e Mariana, que compareceram à reunião para aprender sobre o trabalho dos vereadores. Agradeceu à Divisão de Consultoria Legislativa da Câmara Municipal de Belo Horizonte - CMBH, pelo apoio nas visitas técnicas realizadas pela comissão aos conselhos tutelares. Apresentou eslaides sobre o relatório preliminar e informou que ele se encontra no portal da CMBH. Disse que, conforme a Lei Federal nº 8.069/90, o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, o conselho tutelar é um órgão permanente, autônomo e não jurisdicional, com a competência de atender violações de direitos e requisitar serviços públicos. Acrescentou que os conselheiros são eleitos pela população para um mandato de quatro anos. Afirmou que, de acordo com a Resolução nº 231/22 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - Conanda, a proporção ideal é de um conselho tutelar para cada 100 mil habitantes, e o Poder Executivo Municipal é responsável pelas despesas e pela equipe administrativa. Mencionou que, em Belo Horizonte, a política relacionada aos conselhos tutelares está normatizada pelas leis nºs 8.502/03 e



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

6.075/94 e pelo Decreto nº 12.537/06. Apontou que o Município deveria ter 25 conselhos tutelares, mas possui apenas 10, e não observa nenhuma movimentação do Poder Executivo para ampliar esse número. Falou sobre a diferença de tratamento entre conselheiros tutelares e servidores municipais, utilizando a licença-maternidade/paternidade como exemplo. Relatou que, durante as visitas técnicas aos conselhos tutelares, foram identificados problemas como: excesso de demanda, sobrecarga de trabalho, atrasos no atendimento, limitação de serviços preventivos e dificuldades na articulação com outras políticas públicas e serviços. Disse que o Conselho Tutelar Centro-Sul e o Plantão Centralizado possuem instalações mais adequadas, enquanto os Conselhos em regiões periféricas, como o Barreiro e o Norte, enfrentam maiores dificuldades estruturais. Mencionou as particularidades da infraestrutura física de cada conselho tutelar do Município. Observou haver falta de equipamentos e materiais nos conselhos tutelares, como telefone, o que obriga as pessoas a se deslocarem para obter informações, quando poderiam resolver a questão com um simples telefonema. Apontou omissão da Prefeitura de Belo Horizonte - PBH - em relação aos recursos para lanches, destacando que, muitas vezes, as crianças acolhidas ficam o dia inteiro sem comer e os conselheiros acabam tendo que usar recursos próprios para comprar alimentos para elas. Mencionou falta de segurança nas instalações dos conselhos tutelares, assim como carência de pessoal e necessidade de maior capacitação dos conselheiros. Falou sobre a importância de implementar o Sistema de Informação Para Infância e Adolescência - Sipi, crucial para o registro e o acompanhamento de casos pelos conselhos tutelares. Disse que esse sistema ainda não foi implementado, apesar de ser obrigatório conforme a Resolução nº 178/16 do Conanda. Observou os desafios



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

na intersetorialidade, como saúde, educação e assistência social, enfatizando a necessidade de maior atenção do poder público a essa questão. Disse que os conselheiros enfrentam sobrecarga de trabalho, falta de suporte psicológico e remuneração defasada. Apresentou a conclusão do relatório. Informou que a comissão decidiu elaborar um projeto de lei para solucionar os problemas levantados. Acrescentou que, caso o relatório seja aprovado, o projeto será protocolado e iniciará sua tramitação na CMBH. Destacou que o projeto de lei visa atender às necessidades dos conselhos tutelares e fortalecer seu papel no desenvolvimento seguro das crianças e adolescentes no Município. Afirmou que as principais recomendações são: aumento do número de conselhos tutelares, melhorias na infraestrutura física, fortalecimento da equipe administrativa e capacitação contínua dos conselheiros, além de maior integração entre as políticas públicas. Apontou que os próximos passos são: implementação das recomendações pela PBH, com prazos e metas estabelecidas, e monitoramento contínuo das condições de trabalho e infraestrutura. Leu o projeto de lei, que está no Anexo I do relatório. Solicitou o apoio parlamentar para aprovação do projeto de lei. Enfatizou a importância de que o projeto chegue ao Executivo, acrescentando que este se omite há trinta anos em relação à situação dos conselhos tutelares. Agradeceu a todos os envolvidos no trabalho da comissão.

Registre-se que o vereador Pedro Patrus encerrou sua participação na reunião.

O presidente colocou o relatório preliminar em discussão.

O vereador Irlan Melo discutiu o relatório preliminar.

Aprovado por unanimidade.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

O presidente mencionou a importância da comissão para dar visibilidade e voz aos conselhos tutelares. Citou um imprevisto ocorrido em uma videoconferência na sexta-feira anterior, na qual alguns profissionais desqualificaram os conselhos tutelares. Acrescentou que já está solicitando informações ao Executivo para que tal situação não se repita, enfatizando que os conselheiros foram eleitos por voto popular e merecem respeito. Informou que já está no ECA o conteúdo instituído pela Lei Henry Borel, que trouxe maior rigor na punição de homicídios contra menores de 14 anos e medidas protetivas para crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica.

### ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a ser tratado, o presidente declarou encerrados os trabalhos.

Para constar, lavrou-se esta ata, que será assinada pela presidenta ou pelo presidente da reunião em que for comunicada sua aprovação, conforme previsão regimental, ou pelo presidente desta reunião.

#### ATA APROVADA

**Distribuição para impugnação: 25/7/24**

**Comunicação de aprovação: --/--/--**

**Presidenta/Presidente**